



Dois Dedos de PROSA

Nº 87 - Recife/PE - Março/2017

Uma Reforma Perversa



As mudanças propostas pelo governo Temer para alterar as regras da aposentadoria é uma atentado contra a vida das pessoas que trabalham no Brasil. A Reforma da Previdência é uma violência, em especial, para as mulheres trabalhadoras.

Leia páginas 4 e 5

Projeto fortalece Rede Espaço
Agroecológico
Pág. 03

Uma Escola Feminista no
Sertão de Pernambuco
Pág. 06

Agricultura Urbana em
Palha de Arroz
Pág. 07

Visite nossa página na internet: www.centrosabia.org

O lema é **nenhum direito a menos**

Tempo difícil este de golpe. Todos os dias têm uma notícia que abala a vida de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. É a PEC do fim do mundo que congelou por 20 anos os gastos públicos, inclusive com saúde e educação. É a reforma da Previdência que aumenta o tempo de aposentadoria para 65 anos e iguala homens e mulheres, prejudicando ainda mais a vida das mulheres. A reforma do ensino médio que deixa mais fragilizado o ensino em nosso país. E o mais recente, o projeto da terceirização que praticamente traz de volta o regime da escravidão em um novo formato.

São medidas e projetos perversos que vêm, praticamente, para acabar com os poucos direitos da classe trabalhadora. São deputados/as, senadores/as e ministros de mãos dadas com o governo Temer, para destruírem o pouco que se conquistou ao longo dos anos. E tudo feito com muita rapidez para que não haja tempo para o povo reagir, tudo acontece num piscar de olhos.

Mas a olhos vistos, observa-se que a reação surge em cada esquina. Milhares de pessoas estão indo as ruas para dizer que não estão satisfeitas com os rumos que o Brasil está tomando. Que tem luta e que o lema de agora é Nenhum Direito a Menos.

Boa leitura!

As mulheres pararam no 8 de março

No Dia Internacional da Mulher a agenda foi de luta

Por Sara Brito



Foto: Acervo Centro Sabiá

Mulheres do município de Bezerros/PE, no 8 de março

O último dia 8 de março foi palco para mobilizações em todo o mundo. Mulheres pararam pela vida, por direitos, pelas suas companheiras. A parada do 8 de março levou as mulheres a deixarem seus postos de trabalho, dentro e fora de casa e ir às ruas. O lema foi "Solidariedade é a nossa arma".

No Brasil, um dos enfoques da paralisação foi a luta contra a Reforma da Previdência que, se aprovada, vai afetar principalmente as mulheres. Com marchas e bloqueios de estradas, as mulheres fizeram ações locais em municípios como Afogados da Ingazeira, Santa Cruz da Baixa Verde, Caruaru, Belo Jardim, Palmares e Escada.

A primeira data de luta da Frente Brasil Popular em 2017 também foi o 8 de março, contra a Reforma da Previdência. "Se a reforma da previdência passar, a pobreza entre as mulheres do campo vai aumentar de 6% para 56%, um



Foto: Acervo Centro Sabiá

Mulheres pararam e realizaram ato também em Caruaru

aumento de 50%. Porque, principalmente nas cidades pequenas e nos interiores, são as mulheres as provedoras dos lares, então às vezes uma mulher que é aposentada sustenta toda a família, e a possibilidade dessas mulheres não poderem mais se aposentar vai aumentar drasticamente o índice de pobreza no interior do Brasil, principalmente no Nordeste", afirma Gleisa Campigotto, integrante da coordenação da Frente Brasil Popular e da Marcha Mundial de Mulheres.

Apoio



Saberes e Sabores na Comercialização Agroecológica

Reestruturação da Rede Espaço Agroecológica é um sonho já em construção

Por Júlio César de Paula

Fotos: Acervo Centro Sabiá



Agricultoras e agricultores da Rede Espaço Agroecológico em processo de formação

A rede Espaço Agroecológico (Rede EA) é uma iniciativa de referência em Pernambuco. Seu objetivo é construir estratégias de comercialização agroecológica. Este ano, a Rede encerra a execução do projeto: Rede Espaço Agroecológico: Tecendo saberes e entrelaçando sonhos, fruto do edital Redes Ecoforte, previsto no Plano Nacional de Produção Orgânica (Planapo).

O projeto contou com o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e contemplou 153 famílias agricultoras envolvidas nos processos de comercialização de sua produção.

Os recursos captados pelo projeto foram destinados a reestruturação de 18 unidades produtivas de referência agroecológica no

estado. Também foram adquiridos mais de 500 equipamentos diferentes como caixas plásticas para carregar a produção agrícola para as feiras, despoldadeiras, freezers, carros para transportar a produção das famílias.

O projeto também apoiou uma série de ações de formação e da assessoria técnica pedagógica. Atividades que possibilitaram inúmeros avanços no campo da produção agrícola, da comunicação, da organização e da gestão. O destaque nesse processo de fortalecimento da Rede Espaço Agroecológico foram a criação de duas novas feiras e a adesão de uma terceira, além de agregar mais uma organização na sua composição. Iniciativa que fez aumentar o número de famílias beneficiadas pela Rede Espaço Agroecológico, passando para 235 famílias nesse final de execução do projeto.

Projeto tem avaliação positiva

Em seu último processo de avaliação e planejamento, as famílias agricultoras participantes da Rede Espaço Agroecológico ressaltaram a importância da execução do projeto que veio fortalecer as associações envolvidas. “Vê isso acontecer em nossa comunidade é muito importante. A forma como esse projeto foi construído foi muito bom, ele foi feito pensando na lógica do pequeno agricultor. Antes nós víamos muita coisa se perder por falta de beneficiamento e armazenamento”, conta Shirlene Barbosa, agricultora de Bom Jardim que comercializa na feira de Santo Amaro, no Recife-PE. Os resultados positivos desse projeto mostram que as políticas desenhadas para darem suporte a agricultura familiar agroecológica, quando bem aplicadas, provocam mudanças concretas na vida das famílias no campo e disponibilizam alimentos saudáveis para as pessoas das cidades ■

Fotos: Acervo Centro Sabiá



Agricultoras Cristina e Shirlene com clientes do Espaço Santo Amaro

Reforma da Previdência Ela vai acabar com seus direitos

Para ter direito a se aposentar com os 100% do valor do seu salário, brasileiros e brasileiras precisarão trabalhar 49 anos sem interrupções

Por Laudence Oliveira

Foto: Hugo Lima



Trabalhadores e trabalhadoras vão às ruas denunciar a reforma da Previdência

Com o argumento de que precisa controlar os gastos públicos e que a Previdência é deficitária, quer dizer, que dá prejuízo, o governo resolveu entrar com um Projeto de Emenda Constitucional 287 (PEC 287) para fazer a Reforma da Previdência. O projeto vem recebendo várias críticas, porque ele praticamente acaba com a possibilidade de trabalhadores e trabalhadoras terem seguridade social na sua velhice. É uma retirada de direitos adquiridos com muitas lutas ao longo de anos.

As mudanças propostas afetam o acesso à aposentadoria, o valor dos benefícios, as contribuições, entre outros. Com a reforma, a aposentadoria agora passa a ser por idade, aos 65 anos. Mas só será possível se aposentar aos 65 anos com o valor integral da aposentadoria, os 100%, se combinar os 65 anos de idade mais 49 anos de contribuição. Significa dizer que é

Num país feito o Brasil, onde o emprego formal é cada dia mais difícil, essa proposta é uma afronta aos trabalhadores e trabalhadoras

necessário começar a trabalhar com carteira assinada já com 16 anos de idade e contribuir durante 49 anos sem falhar nenhum ano. Num país feito o Brasil, onde o emprego formal é cada dia mais difícil, essa proposta é uma afronta aos trabalhadores e trabalhadoras. Especialmente agora que a lei da terceirização foi aprovada.

Mulheres - as mais prejudicadas

A reforma da Previdência acaba com o direito das mulheres quando diz que homens e mulheres se aposentarão com a mesma idade 65 anos. Tira o direito das mulheres de se aposentarem com cinco anos a menos, como é ainda hoje. Desconsidera que a mulher é menos favorecida no mercado de trabalho, ganha menos, tem dupla jornada, pois trabalha fora e em casa assume a criação dos filhos e os afazeres domésticos. "Causará muitos danos à vida das mulheres, porque elas têm dupla jornada de trabalho. Implica na saúde das mulheres, na sua qualidade de vida. Esperamos que essa reforma não passe. E para as agricultoras isso é mais grave, porque as condições de trabalho no campo é muito difícil", diz Ana Paula da Silva, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE).

Agricultores/as prejudicados/as - nas mudanças propostas, trabalhadores e trabalhadoras rurais também saem perdendo, pois as condições para a aposentadoria ficam iguais com os trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as. Desconsideram as condições diferenciadas de trabalho para quem é do meio rural, que enfrenta diversas dificuldades, desde o acesso ao trabalho, como as questões de clima e qualidade de vida. "Eu estou na luta contra essa reforma, porque querem cortar os nossos benefícios. O trabalhador rural não tem

Foto: Hugo Lima

condições físicas para aguentar esse tempo todo de trabalho. A gente fica assustado com uma proposta dessa”, declara o agricultor Rafael Justino Braz, da comunidade de Feijão, município de Bom Jardim, Agreste de Pernambuco. Ele questiona, inclusive, o papel dos deputados federais e senadores em querer aprovar essa reforma. “Eles foram colocados lá com o nosso voto. A gente pensou que eles tinham competência para tá lá. Aí chegam lá e querem derrubar nossos direitos para beneficiar um pequeno grupo”, observa Rafael.

Pensões também serão mexidas

A pensão por morte também sofrerá redução e será, inclusive, desvinculada do valor do salário mínimo. No caso da pensão, só será liberado 50% do valor que o aposentado recebia mais 10% para cada dependente, a esposa é uma dependente. Portanto, caso o morto recebesse um salário mínimo, e a viúva não tem filhos menores, o valor da pensão será de apenas 60% do salário mínimo. Hoje não é permitido valor menor que o salário mínimo.

As grandes prejudicadas serão as mulheres que ficarão viúvas, pois assumirão a família com um rendimento menor. Além do mais, se a mulher for aposentada também, não poderá ficar com os dois rendimentos, sua aposentadoria e a pensão. Terá que optar por uma delas. Essa medida é bastante perversa, já que no meio rural, por exemplo, a maioria das pensões e aposentadorias é de apenas um salário mínimo.

A reforma da Previdência também mexeu na idade para o benefício social. Que é o benefício para quem não conseguiu contribuir com a Previdência Social e que poderia recebê-lo a partir dos 65 anos de idade. A proposta é que esse benefício só seja dado a partir do 70 anos. Idosos sem rendimentos, sem condições de trabalhar e sem ter como se sustentar precisam sobreviver até os 70 anos para requerer o benefício.



Mobilizações contra a Reforma da Previdência acontecem em todas as capitais do país

Como fica a Reforma?

HOJE É ASSIM

Não há idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade é que é necessário ter 65 anos homem e 60 mulher

Pode receber a aposentadoria integral com o tempo de contribuição. No caso 35 anos para homem e 30 para mulher

Trabalhador/a rural pode se aposentar com 60 anos homem e 55 mulher

DEPOIS DA REFORMA FICA ASSIM

Terá idade mínima para todos/as 65 anos. Homens e Mulheres. Todos e todas precisam ter 65 anos e contribuir por 25 anos

Para receber a aposentadoria integral é necessário contribuir 49 anos - tanto homem quanto mulher

Entra na regra de todos/as 65 anos de idade e 25 anos de contribuição

Mulheres rurais construindo o feminismo

Uma escola onde a mulher se descobre e se organiza contra o preconceito e o machismo

Por Rivaneide Almeida

A Escola Feminista surgiu em 2007, idealizada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN), em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) e o Centro das Mulheres do Cabo (CMC). Sua metodologia é voltada para o empoderamento individual e coletivo das mulheres, numa perspectiva feminista. Com essa finalidade, o Centro Sabiá adotou a proposta, voltada para Agricultoras e técnicas de sua equipe, fazendo acontecer a Escola nos três territórios de atuação da instituição.

O primeiro território a receber a Escola Feminista foi o Agreste de Pernambuco. Na Zona da Mata pernambucana a Escola também se fez presente. O último território a receber a Escola Feminista foi o do Sertão, que finaliza o seu último módulo em abril. Entre os conteúdos trabalhados nos módulos estão: História do Brasil, Economia, Sociologia Política, Agroecologia, Feminismo e Fala Pública.

Uma escola diferente

A proposta da Escola Feminista é fortalecer a auto-organização das agricultoras nas regiões onde elas vivem. Para tanto, os estudos têm como base a construção coletiva de conhecimentos, a troca de saberes e experiências vivenciadas pelas mulheres. “Nunca pensei que depois de 60 anos fosse participar de uma escola, onde tudo é feito com a participação das alunas. A gente tem a chance de falar o que a gente pensa e todo mundo escuta. A minha ideia de escola era outra”,

Foto: Rivaneide Almeida



Mulheres do Sertão do Pajeú estudaram o feminismo dentro do movimento agroecológico

diz a agricultora Josefa Gonçalves, da comunidade Açude do Caroá, município de Caraíbas, Sertão de Pernambuco. Participam da Escola Feminista no território do Sertão mais de 40 mulheres, entre agricultoras e técnicas. O último módulo do curso acontece no mês de abril deste ano, com um Seminário de finalização. “A Escola traz novos conhecimentos e quebra o tabu de que o homem é quem manda e a mulher obedece. Ela está nos ensinando a lutar e conhecer quais são os nossos direitos. Por isso tá sendo muito bom e importante pra gente”, avalia a jovem agricultora Daniela Brás dos Santos, da comunidade de Matalotagem, do município de Flores, Sertão pernambucano.

Foto: Rivaneide Almeida



Mulheres da escola apresentando o trabalho do grupo

Mulheres de Palha de Arroz

Uma história de lutas, sacrifícios e esperanças

Por Juliana Funari



Foto: Juliana Funari

Mulheres de Palha de Arroz durante mutirão de plantação de mudas

Sol quente, uma dúzia de mulheres catando grãos de arroz no galpão descoberto da fábrica, costurando sacos de algodão, enchendo-os com a palha separada. Cada saco cheio de palha de arroz lhes rendia 20 centavos e servia para fazer adubo ou comida de passarinho. Esta história poderia ser de mulheres rurais, mas ela se deu, há muitos anos, na capital de Pernambuco, Recife. Faz parte da raiz e da memória das mulheres da comunidade de Palha de Arroz, situada no bairro do Arruda.

Os anos passaram, mas as dificuldades continuam na comunidade. “Ser mulher hoje na Palha de Arroz é um sacrifício grande, é um trabalho árduo, a gente lida com violência, vê jovens nas drogas, não tem lazer para as crianças” desabafa a presidenta da Cooperativa de materiais recicláveis EcoVida, Maria José dos Santos. “Eu gostaria que tivesse creche para as mães poderem trabalhar, que tivesse praças. Quando eu morava na beira do canal todo mundo tinha um jarrinho de planta na frente de casa”, deseja Maria.

Plantando flores no asfalto

Sônia dos Santos e Marina Costa, mais conhecida como Nauva, nasceram no Recife e também Moram em Palha de Arroz. Faz parte da natureza delas gostar de plantar. Como elas falam “plantar flores no asfalto”. “Já plantei batata-doce que deu mais de 30 quilos. Faço mudas, ajudo minha companheira Sonia no cuidado diário da nossa horta”, conta Nauva. Elas vêm plantando saúde e esperança em meio as ausências de saneamento básico e de serviços públicos adequados.

As sementes do Bem Viver e da Agroecologia têm sido semeadas por essas mulheres nos quintais espremidos do



Foto: Juliana Funari

Mulheres da comunidade preparando horta suspensa

conjunto habitacional e na área coletiva de Palha de Arroz, que antes era usada para depositar lixo. A iniciativa ganhou força com o trabalho do Centro Sabiá em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). “Muitas cooperadas da gente fazem parte da horta. É uma terapia para reanimar, dar autoestima. Estou lutando com as companheiras das hortas, junto as minhas filhas, minha mãe e amigas”, se orgulha Nauva. Dessa ação de agricultura urbana, participam 30 mulheres onde os mutirões e a organização dos quintais produtivos são vivências das ações práticas das mulheres de Palha de Arroz.

Poder público sem compromisso com as juventudes do campo

Jovens do Agreste de Pernambuco, na luta para fazer valer as demandas da Conferência Municipal de Juventude

Por Getúlio Roberto da Silva e Luiz Henrique da Silva França*

Foto: Acervo Centro Sabiá

O município de Cumaru é localizado na região Agreste de Pernambuco. A população jovem do município constantemente migra em busca de oportunidades de emprego e qualificação profissional. A falta de incentivo para gerar renda para a juventude, por parte do poder público municipal é, certamente, um dos principais fatores que leva a juventude cumaruense, a sair de sua terra natal em busca de qualidade de vida.

No ano de 2015, a sociedade civil organizou e realizou 1ª Conferência Municipal de Juventude, já que a gestão municipal da época não se esforçou para realizar a conferência. Na ocasião os e as jovens de Cumaru trouxeram suas demandas e necessidades. Apontaram, também, a negligência da então gestão para com as Políticas Públicas de Juventude.

Juventude sem voz e vez

Durante os anos de 2015 e 2016 a Secretaria de Desenvolvimento, Criança e Juventude (SDSCJ) e o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), recomendaram ao município de Cumaru a criação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ). O Conselho é uma instância de participação, controle e monitoramento das Políticas Públicas de Juventude no nível do município. Porém, uma nova gestão se inicia e a perspectiva de implantação e efetivação do CMJ e das PPs ainda continua incerta.

As organizações juvenis, existentes no município estão constantemente trazendo suas pautas. Tanto a juventude rural como a urbana. No entanto, a inexistência de diálogo da gestão



Jovens do Agreste realizaram a Conferência Municipal de Juventude de Cumaru, Agreste de Pernambuco

anterior e da atual, é limitante para a construção desse marco para as juventudes cumaruenses.

Essa realidade não faz parte apenas do quadro político e social de Cumaru, mas de diversos municípios pernambucanos. As Políticas Públicas para Juventude não entram como prioridade nas pautas dos/as gestores/as municipais. Os desafios são vários e perpassam pela sensibilização do poder público em todas as esferas. A tarefa das organizações de juventude de Cumaru é, sem dúvidas, a mobilização em torno da efetivação do Conselho Municipal de Juventude e das Políticas Públicas de Juventude. Mas, para isto é necessário unificar as pautas em torno do bem viver da juventude do nosso Cumaru.

Foto: Acervo Centro Sabiá



Jovens apresentaram suas demandas na Conferência

*Getúlio Roberto da Silva é jovem rural do município de Cumaru, Agreste de Pernambuco, e faz parte da Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agreecologia. Luiz Henrique da Silva França é de Caruaru, Agreste de Pernambuco e faz parte do grupo de jovens Guiados por Cristo

Nossas redes sociais:



@centrosabia



/centrosabia

YouTube /sabiacentro



flickr.com/centrosabia



mais.uol.com.br/centrosabia